

ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL: UM ESTUDO CORRELATO

Fernanda Evelin Camarço de Souza*

Sandra Lucia Ferreira¹

Luiz Dalmacir da Silveira²

Resumo: Esta pesquisa se insere num contexto mais amplo de aprofundamento conceitual sobre a área da Avaliação Educacional, mais especificamente na dimensão da Avaliação Institucional. Desse modo, tem por objetivo compreender os impactos resultantes dessa dimensão institucional na dinâmica social e em como estas relações vão se construindo e se consolidando no tempo histórico. Também busca ampliar o entendimento sobre outros conceitos associados à temática, além da implantação de políticas de autoavaliação nas Instituições de Educação Superior (IES). Como metodologia foi proposta a realização de pesquisa correlata com vistas à exploração de pontos de aproximação e afastamento entre os conceitos de autoavaliação institucional e avaliação Institucional. Para tanto, busca como base conceitual estudos de autores como Bernardes e Rothen, Castro e Oliveira, Gatti, Pena e Alves, Brendalise entre outros. O levantamento foi feito com base nas pesquisas realizadas nos últimos cinco anos (2016-2020) e disponibilizados na plataforma digital catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados encontrados evidenciaram uma quantidade expressiva de teses e dissertações em diferentes programas e instituições de educação superior. Os estudos indicam que há uma produção multirreferencial sobre a avaliação institucional no Brasil, com diferentes olhares e perspectivas sobre esta dimensão da Avaliação Educacional, o que possibilita que novos pesquisadores entrem em ação para contribuir com a ideia de se construir uma verdadeira cultura da avaliação no país.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Educação Superior; Gestão da educação.

STUDIES AND RESEARCH ON INSTITUTIONAL EVALUATION IN BRAZIL: A RELATED STUDY

Abstract: This research is part of a broader context of conceptual deepening in the area of Educational Assessment, more specifically in the Institutional Assessment dimension. Thus, it aims to understand the impacts resulting from this institutional dimension on social dynamics and how these relationships are built and con-

* **Autora correspondente**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, Brasil, e pesquisadora da área de avaliação. E-mail: fernandaevelin@gmail.com

1. Doutora em Educação pela PUC-SP, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da UNICID, São Paulo, Brasil, e pesquisadora da área de avaliação. E-mail: 07sandraferreira@gmail.com

2. Mestre em Educação pela UNICID, São Paulo, Brasil, e pesquisador na área de avaliação. E-mail: luizdalmacir@gmail.com

Submissão: 11/11/2021

Aceite: 30/11/2021

Como citar:

SOUZA, F. E. C. de; FERREIRA, S. L.; SILVEIRA, L. D. da. Estudos e pesquisas sobre avaliação institucional no Brasil: um estudo correlato. **Docent Discunt**, v. 2, n. 2, p. 125-140, 2021. <https://doi.org/10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v2.n2.p125-140>

solidated in historical time. It also seeks to broaden the understanding of other concepts associated with the theme, in addition to the implementation of self-assessment policies in Higher Education Institutions (HEIs). As a methodology, it was proposed to carry out related research with a view to exploring points of approximation and distance between the concepts of institutional self-assessment and institutional assessment. Therefore, it seeks as a conceptual basis studies by authors such as Bernardes and Rothen, Castro and Oliveira, Gatti, Pena and Alves, Brendalise among others. The survey was based on research carried out in the last five years (2016-2020) and made available on the digital platform, theses, and dissertations catalog of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The results found evidenced a significant amount of theses and dissertations in different higher education programs and institutions. Studies indicate that there is a multi-referential production on institutional assessment in Brazil, with different views and perspectives on this dimension of Educational Assessment, which allows new researchers to take action to contribute to the idea of building a true assessment culture in parents.

Keywords: Institutional Assessment; College education; Education management.

O tema da avaliação, contido nas discussões mais recentes sobre educação, está presente no cotidiano de professores, pedagogos, gestores educacionais e administradores públicos, cada qual buscando compreender ou evidenciar o que considera mais importante na área de estudos sobre Avaliação Educacional¹.

Apesar da avaliação ainda apresentar resistência aos seus usos, expressa em representações sociais negativas em muitas pessoas, pode-se considerá-la como uma aliada no processo educacional, (re)definindo caminhos, (re)orientando rotas ou mesmo alterando objetivos inicialmente planejados.

Sua inserção na gestão e nos processos administrativos auxilia o acompanhamento das ações de execução do projeto político pedagógico, seja ele numa instituição de educação básica ou superior. Nesse sentido, o tema da avaliação está presente nas discussões sobre educação, de modo que seus resultados podem e devem ser utilizados para a melhoria da qualidade do serviço educacional ofertado.

A área de conhecimento sobre Avaliação Educacional divide-se em dimensões – programas e projetos; sistemas; institucional e aprendizagem – que possibilitam um olhar mais ampliado sobre os projetos educacionais e fornece informações para a tomada de decisão no que se refere a ações de políticas públicas.

Sob esta perspectiva, analisar as Instituições de Ensino – básica e superior – demonstra um interesse maior em compreender a sua importância na sociedade. Trata-se de produzir conhecimento e compartilhá-lo de modo a contribuir com o desenvolvimento sustentável e com um olhar crítico e questionador sobre a sociedade em que está inserida. Em outras palavras, trata-se de uma responsabilidade com o conhecimento científico, cultural, social, profissional e econômico de um país, valorizando os resultados das pesquisas e estudos feitos à serviço da sociedade.

¹ O presente estudo é resultado da participação dos autores no 2º Congresso Internacional de Investigação e Experiência Educativa (CIIEE), realizado na modalidade *online*, entre os dias 31/10 e 02/11/2021.

Por isso, o interesse pelo tema da avaliação institucional está presente no grupo de pesquisa “Avaliação em contexto”, radicado no programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), que, desde 2015, busca analisar as tendências e abordagens mais recentes sobre o tema.

De acordo com Tognarelli (2012, p. 29) “a vida constitui-se de realidades ‘experenciadas’ pelos homens, nas quais cada situação gera suas próprias tramas e oportunidades, além das realidades instituídas”, o que a torna um fenômeno a ser pesquisado e contextualizado, possibilitando ao pesquisador a sua interpretação.

Diante disso, o fenômeno “avaliação institucional” torna-se um elemento a ser aprofundado e estudado de forma multidimensional, isto é, de modo a articular “compreensões e articulações teóricas dos participantes acerca da realidade institucional e sobre suas próprias realidades” (TOGNARELLI, 2012, p. 29), o que permite ao pesquisador o papel de “servir como veículo inteligente e ativo entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 5).

Este estudo, tem como finalidade investigar conceitos e características da Avaliação Institucional e sua importância para a gestão nas Instituições de Educação Superior (IES) e compreender as reverberações resultantes dessa dimensão institucional na dinâmica social e em como suas relações vão se construindo e se consolidando no tempo histórico. Quer também ampliar o entendimento sobre os conceitos associados à temática e a implantação de políticas de autoavaliação nas IES. Para tanto, tem como base estudos de autores como Bernardes e Rothen (2016), Castro e Oliveira (2021), Gatti (2002), Pena e Alves (2021), Brendalise (2011) entre outros.

O artigo está organizado em quatro seções: a primeira voltada para a compreensão da organização da Educação Superior no Brasil; a segunda busca compreender a avaliação institucional inserida no contexto da Educação Superior, com suas perspectivas internas e externas; a terceira evidencia o processo da autoavaliação nas IES e a quarta apresenta resultados de uma pesquisa correlata com foco na temática da autoavaliação institucional, seguidas das considerações finais.

A organização da Educação Superior no Brasil

As Instituições de Ensino – públicas e privadas – possuem um papel social importante no contexto atual, seja por meio da formação de mão de obra especializada ou para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável para as gerações presentes e futuras. Tanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 traz uma vinculação entre o mundo do trabalho e a prática social e a Lei nº 10.861/04 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), acrescenta a responsabilidade social como elemento estruturante das ações de políticas públicas em avaliação e credenciamento de cursos e instituições de Educação Superior.

Desse modo, as práticas acadêmicas adquirem excelência (qualidade) quando voltadas para a formação de profissionais e “cabeças pensantes” que possam auxiliar no desenvolvimento do país, mas também visam fomentar ações comunitárias sistemáticas geradoras de conhecimentos e de responsabilidade social em parceria com a sociedade civil (ensino, pesquisa, extensão).

No entanto, segundo Schultzer e Campos (2014, p. 148), “A influência do ensino superior na economia nacional teve uma trajetória descompassada, enquanto a economia crescia, o ensino superior apresentava o distanciamento que historicamente mantinha da economia”.

Historicamente, o ensino superior começa, no Brasil, com a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro. Martins (2002, p. 4) assim descreve este primeiro momento:

As primeiras escolas de ensino superior foram fundadas no Brasil em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura.

Segundo o autor, até a Proclamação da República, em 1889, a formação superior no país “seguia um modelo de formação dos profissionais liberais [direito e medicina] em faculdades isoladas” (MARTINS, 2002, p. 4) de modo a formar um quadro especializado para a administração pública. Neste contexto, a característica principal era “a formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema” (SAMPAIO, [s.d.], p. 2).

Ainda de acordo com Sampaio ([s.d.], p. 2), “o ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30, em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e Peru, ou no pós-independência, como o Chile”.

Enquanto no período imperial a educação superior estava vinculada e sujeita à vontade política do governo central, o que gerava certa imobilidade na oferta de cursos e vagas, no período republicano o ensino superior acompanhou as mudanças sociais, gerando descentralização e ampliação do sistema.

O debate sobre a criação de uma universidade no Brasil ressurgiu em uma nova perspectiva. Ele rompia com a argumentação quase estritamente política que havia vigorado ao longo de todo o século XIX e agora atribuía à instituição universitária uma nova função: abrigar a ciência, os cientistas e as humanidades em geral e promover a pesquisa (SAMPAIO, [s.d.], p. 8).

Mas é no governo provisório de Getúlio Vargas, na década de 1930, que se publica uma Lei normatizando como a Universidade deveria ser, como também houve a criação do Ministério da Educação

e Saúde, na “reforma Francisco Campos”. Nessa reforma, foi introduzida duas modalidades de ensino superior: o sistema federal e o instituto isolado e estabelecia a composição do corpo docente (com catedráticos e auxiliares de ensino).

As novas universidades, desta forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal (SAMPAIO, [s.d.], p. 12).

Com o processo de industrialização do país, a partir da década de 1950/60, um novo movimento de reforma universitária vai ganhando corpo nas discussões políticas. Havia a necessidade de formação de profissionais especializados para um novo mercado de trabalho que se abria: a burocracia estatal.

Ainda dentro do contexto histórico de 1960, novas discussões foram travadas tendo em vista novos modelos de universidades, reivindicadas por jovens professores e movimentos estudantis em defesa de uma educação pública. Segundo Martins (2002, p. 5), “esse debate permeou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação [1961], que de maneira diversa da reforma de 1931 não insistia que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades”, mas enfatizava a necessidade de associar o ensino à pesquisa.

É neste caminho que se anuncia a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob o número nº 4.024/1961 que teve por missão organizar toda a estrutura educacional do país (VIEIRA; FREITAS, 2003). Essa legislação sofreu alterações e reformulações em contextos históricos diferentes, acarretando a Lei nº 5.692/1971 e posteriormente a Lei nº 9.394/1996, que segue em vigor (LIBÂNEO, 2012).

Embora enfrentasse resistências na esfera econômica, novas ideias surgiram para aprimorar a discussão sobre uma educação oficial do cidadão. O país precisava se modernizar e, para isso, precisava de uma população mais escolarizada.

De acordo com Libâneo (2012, p. 248-249),

A educação é prática social ampla e inerente ao processo de constituição da vida social, alterando-se no tempo e no espaço em razão das transformações sociais. Ela se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e nos movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte dessas relações e por elas constituídas. Em razão disso, a educação deve ser compreendida como um campo social de disputa hegemônica, portanto, um espaço de luta e contradição, uma vez que reflete a própria constituição da sociedade.

Na esteira desses embates, novas políticas públicas vão se constituindo e se estabelecendo alterando a configuração da educação estatal. Grupos de interesses – liberais, conservadores ou progres-

sistas – alternam-se na apresentação de projetos que, uma vez hegemônicos, tornam-se leis e outras normativas que impactam a realidade educacional do país e a vida de milhares de pessoas.

É neste sentido que, em 1996, com as conquistas democráticas e uma nova Carta Magna, as estruturas educacionais passam por nova reorganização no país. Foi promulgada a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob o nº 9.394/1996 e, com ela, uma inovação aparece na normativa: a defesa de uma ação conjunta, em regime de colaboração, entre União, Estados e Municípios em defesa de um sistema nacional de educação, o que causou discussões e controvérsias.

A normativa também trouxe dois pontos considerados importantes, quais sejam: uma Educação Básica – composta por educação infantil, ensino fundamental e médio (art. 21) – e uma Educação Superior, sendo acrescido no artigo 4º da referida lei, atentando-se ser dever do Estado a promoção de um ensino público e gratuito.

Com isso, de acordo com Sampaio ([s.d.], p.19),

Os sistemas universitários tornaram-se organizações complexas; ao lado dos cursos tradicionais, destinados antes às elites, surgiram novas modalidades de ensino, com objetivos mais imediatos e com um acentuado caráter ainda experimental, que passam a incorporar novos contingentes populacionais.

Já para Schutzer e Campos (2014, p.153),

É possível perceber que no Brasil a percepção da importância do ensino superior vem se alterando, o papel da educação no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação à formação de mão de obra profissional e técnica e a sua inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a adaptabilidade às mudanças econômicas e a integração de distintos setores nas tarefas do desenvolvimento.

Seja como for – formação de mão de obra especializada ou formação humanística –, a Educação Superior tem cumprido o seu papel e sua missão no cenário brasileiro. Conforme retrata Davidovich ([s.d.], p. 2),

a missão essencial da educação superior é formar profissionais bem qualificados e promover, por meio da pesquisa, o avanço do conhecimento e a formação crítica e criativa dos estudantes. Considera-se que a principal forma de intervenção social das instituições de educação superior é através da formação de pessoas qualificadas, sendo a autonomia didático-científica essencial para o sucesso dessa missão.

Agora, para se estabelecer alguns parâmetros de aferição se a missão está ou não sendo cumprida pelas Instituições de Educação Superior no país, é preciso fazer uso da avaliação, o que será objeto de reflexão a seguir.

Avaliação institucional na Educação Superior

A avaliação é uma ação presente na Educação Superior, seja ela interna ou externa. Em seu projeto pedagógico, cada curso ofertado conta com a ação de avaliar dos docentes, auxiliando-os no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, a Instituição que oferece o curso também passa por um processo avaliativo externo.

De acordo com Tognarelli (2012, p. 33),

Torna-se imprescindível que por meio da observação histórica se busque o entendimento sobre o sistema educacional do Ensino Superior e seus processos avaliativos inseridos na especificidade da sociedade e da educação brasileira. [...] exige entender o pano de fundo político em que foram construídos e que determinaram o estado em que hoje se apresentam. Revisitar o passado desse contexto específico nos permite compreender mais aproximadamente as consequências que se refletem em seu presente.

Por isso, segundo a autora, é possível visualizar que o conhecimento específico da área de avaliação expandiu-se substancialmente a partir da década de 1980 e ganhou fôlego, com novas e importantes contribuições, nas décadas seguintes. Discussões e reflexões voltadas para temáticas como regulação, projetos políticos, economia e educação, liberalismo e qualidade do serviço ofertado são frequentes nos estudos feitos.

Conforme apontam Bernardes e Rothen (2016, p. 250), “na década de 1980, houve manifestações por parte da comunidade acadêmica e de diversas instâncias da sociedade civil e sindical na busca pela melhoria da qualidade da educação superior”. Essa busca tem início com a Lei nº 9.131/1995, passando pela Lei nº 9.394/1996 e se consolidou com a Lei nº 10.861/2004, a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Desse modo, a

avaliação institucional implantada nas Instituições de Ensino Superior (IES) considera a avaliação não como um fim em si, mas como parte de um conjunto de políticas públicas, na área da educação superior, contribuindo para um processo mais amplo de revalorização dessa educação e de desenvolvimento da sociedade brasileira (FALLEIROS *et al.*, 2016, p. 594).

De acordo com os autores, a avaliação é parte integrante do processo de conhecimento da realidade educacional do país, ao organizar e dar coerência ao processo e contribuir para a promoção de mudanças no cotidiano das Instituições de Ensino Superior. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), “a avaliação das instituições busca identificar o seu perfil e a qualidade da sua atuação, considerando suas atividades, cursos, programas, projetos e setores” (BRASIL, 2015, p. 19) cujo resultado indica uma associação entre avaliação, regulação e supervisão, necessários ao aprimoramento da gestão educacional e ao realinhamento sistemático do planejamento institucional.

De acordo com Dias Sobrinho (2012, p. 22),

A avaliação institucional deve contribuir para o desenvolvimento da pedagogia da integração na universidade. Deve procurar contribuir a superar falsas dicotomias, como ensino x aprendizagem, formação x informação, assim por diante. Para tanto, é necessário um trabalho de sensibilização para a compreensão de tensões que penetram no cotidiano da instituição, como 'repetição, informação, socialização, conservação, aprofundamento, transmissão, preservação e acumulação, mas também criação, pesquisa, crítica, inovação, ruptura epistemológica, superação, desenvolvimento, produção de novos saberes e novas técnicas.

Quanto às ações de políticas públicas, novas normativas são editadas para disciplinar o planejamento, organização e implementação de diferentes tipos de avaliações educacionais no Brasil. Tais mecanismos visam coletar dados e informações sobre a realidade da IES e conhecer os impactos causados pelas ações implementadas nos estudos, pesquisas e formação de estudantes como também sobre o seu corpo docente, técnico, administrativo e de gestão, resultantes das interações sociais, comunicações e experiências intersubjetivas ali construídas.

Portanto, não se trata de oferecer serviços educacionais numa dada realidade, mas sim conhecer os impactos que esses serviços causam na comunidade local ou mesmo na sociedade. E este conhecimento advém dos resultados das avaliações – internas e externas – aplicadas à comunidade acadêmica e aos estudantes. Desse modo, é possível mensurar e acompanhar as transformações que ocorrem e produzir novas reflexões ou mesmo corrigir rotas, propor novos objetivos e metas, tanto pela Instituição de Ensino como pelo gestor público.

Nesse sentido, a Avaliação Institucional torna-se uma parte da grande área do conhecimento sobre Avaliação Educacional, e parte integrante também das ações de políticas públicas presentes no SINAES, cujos resultados podem apontar para

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Com o estabelecimento do SINAES novos processos foram implementados e organizados de modo a integrar a avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes em referenciais mensuráveis que possam indicar um panorama dos avanços da avaliação na Educação Superior.

É o que indica as reflexões de Pena e Alves (2021) ao falar sobre a avaliação institucional. Segundo os autores, "com isso, o que se pretende evidenciar é a política de avaliação como uma estratégia de gestão da qualidade da educação superior, a qual vem se aperfeiçoando, pelo menos, há 40 anos" (PENA; ALVES, 2021, p. 182).

Autoavaliação na Educação Superior

Outro ponto que merece atenção é a autoavaliação que auxilia no planejamento, organização e execução de ações dentro da instituição de educação e são periodicamente realizadas de acordo com indicações presentes em normativas internas e externas.

Conforme as reflexões de Brandalise (2011, p. 6),

A autoavaliação da escola é aquela em que o processo é conduzido e realizado por membros da comunidade educativa. Pode ser definida como uma análise sistemática da escola com vistas a identificar os seus pontos fortes e fracos, e a possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias. Frequentemente é realizada tendo como motivação principal o acompanhamento do projeto pedagógico da escola, no quadro de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional e institucional. A avaliação inserida nas várias ações desenvolvidas na escola se coloca como mediadora do crescimento da comunidade escolar.

Ele se mostra na comunidade acadêmica na Educação Superior, de acordo com Bernardes e Rothern (2016). A autoavaliação, como elemento estruturante da reflexão interna sobre os processos de ensino e aprendizagem dentro da instituição bem como da sua organização e trabalho desenvolvido são necessários para o conhecimento da instituição como um todo. Segundo os autores, as normativas que orientam o trabalho de autoavaliação institucional indicam que “cada IES pública ou privada constitua a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a finalidade de conduzir e sistematizar a autoavaliação institucional em forma de relatório e encaminhá-lo via sistema e-MEC à administração pública” (cf. Lei nº 10.861/2004; BRASIL, 2015, p.33).

Cada IES deve ter a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por professores, alunos, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil. Tem como atribuição planejar, organizar e implementar avaliações sistemáticas internas e organizar os dados obtidos em relatórios e planilhas que, posteriormente, serão enviados à administração pública. Desse modo, “os processos autoavaliativos devem estar institucionalizados e consolidados no Plano de Autoavaliação Institucional” (BRASIL, 2015, p. 33).

Portanto, a “avaliação institucional é realizada internamente, por meio da autoavaliação, pela IES e conduzida pela sua Comissão Própria de Avaliação (CPA)”, e externamente por meio de “comissões designadas pela Daes/Inep [Diretoria de Avaliação da Educação Superior], seguindo as diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes²)” (BRASIL, 2015, p. 32). Desse modo, é possível uma visão multidimensional dos processos educacionais – formativo e regulatório – em uma perspectiva global, uma vez que se pode visualizar as avaliações internas e externas como complementares.

² A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. Tem como atribuições: propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes e articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior, entre outros. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/conheca-a-conaes>. Acesso em 18 nov. 2021.

Segundo Castro e Oliveira (2021, p. 2), “tem crescido o consenso de que os processos de avaliação dos sistemas educacionais e das ações das instituições educativas possuem uma significativa relevância para garantir a qualidade das políticas educacionais”. Desse modo, com a criação do SINAES, a avaliação na educação superior tem por finalidade “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004).

Conforme relata Castro e Oliveira (2021, p. 3),

A avaliação da educação brasileira, em todos os seus níveis, tem sido amparada legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, elaborada no contexto de uma política de regulação da educação brasileira. [...] A referida Lei explicita a necessidade da avaliação como estratégia de organização da educação, destacando no Art. 9º vários aspectos, entre eles, que é dever da União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar em todos os níveis de educação (Inciso VI) e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior (Inciso IX)

Por outro lado, segundo Meneghel e Lamar (2001, p. 21), a “avaliação do sistema de ensino brasileiro enfatiza, fortemente, a necessidade de obter subsídios para a tomada de decisões que levem à melhoria da gestão e do controle de resultados”. Desse processo resultam duas áreas de especialização do conhecimento sobre avaliação: a primeira de caráter formativo e de conhecimento da instituição de ensino no que se refere ao serviço oferecido (interna) e a segunda de caráter regulatório, isto é, balizando e aferindo critérios de qualidade para o ensino ofertado (externa), um bem público e um direito social do cidadão.

Cabe ressaltar também que a Lei nº 10.861/2004 estabelece, em seu artigo 3º, que a “avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (BRASIL, 2004). Tais “dimensões institucionais” são caracterizadas, segundo a normativa em número de 10, sendo: I) missão e plano de desenvolvimento institucional; II) política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; III) responsabilidade social da instituição; IV) comunicação com a sociedade; V) políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; VI) organização e gestão da instituição; VII) infraestrutura física (ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação); VIII) planejamento e avaliação (autoavaliação institucional); IX) políticas de atendimento aos estudantes e X) sustentabilidade financeira. As dimensões de políticas de pessoal e de infraestrutura física, são as que tem maiores pesos na pontuação geral (BRASIL, 2008; BRASIL, 2004).

Desse modo, “um sistema nacional de avaliação que combina autoavaliação institucional e avaliação externa necessita de um constante estudo e acompanhamento de seus processos operacionais” (BRASIL, 2015, p. 109), a fim de que todos os envolvidos – órgãos governamentais, instituições, docentes,

técnicos administrativos e sociedade civil organizada –, compreendendo os seus papéis e suas responsabilidades com a melhoria da qualidade dos processos institucionais.

É o que salienta Falleiros *et al.* (2016, p. 594) ao se referirem à avaliação institucional: “é necessário que os sujeitos envolvidos entendam o seu real significado e não a vejam como, meramente, um programa que deve ser cumprido, para que a universidade se integre ao sistema de educação superior”. Desse modo, quando os atores envolvidos no processo de avaliação tomam consciência do seu papel, os resultados trarão benefícios para a instituição com “políticas e estratégias de desenvolvimento para a organização”. Ou como diz Dias Sobrinho (1996, p. 23), “a avaliação institucional tem várias etapas [...] todas devem ser cumpridas na perspectiva da integralidade, sob pena de ocorrerem vieses importantes.”

As pesquisas sobre avaliação na Educação Superior

Para a composição deste estudo foi necessário realizar uma busca na literatura sobre a temática e uma pesquisa correlata em bancos de dados acadêmicos. Ao definir os descritores para a pesquisa – “avaliação institucional”, “importância da autoavaliação” e “avaliação institucional e gestão” –, a busca encontrou diferentes estudos (de mestrado e/ou doutorado) com objetivos diversificados em diversas Instituições e Programas de pós-graduação *stricto sensu* espalhadas pelo país. Entretanto, utilizando-se o descritor “Autoavaliação na Educação Superior” a quantidade de trabalhos e pesquisas desenvolvidas se avolumou.

O levantamento foi proposto tendo como base pesquisas realizadas nos últimos cinco anos (2016-2021) e disponibilizadas na plataforma digital catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados encontrados evidenciaram a quantidade expressiva de mais de sete mil (7.000) teses e dissertações em diferentes programas e instituições de educação superior. Desse total, foram selecionados, por meio de um refinamento da pesquisa, cinquenta e seis (56) estudos que estavam relacionados à Avaliação Institucional entre os anos de 2017 e 2020. Os demais foram descartados por estarem relacionados à educação básica e que não é o foco desta pesquisa.

Dos cinquenta e seis (56) estudos levantados, foram feitas leituras dos resumos e palavras-chave num primeiro momento para composição de uma tabela que proporcionasse uma visão geral ou panorâmica. Desse total, foi selecionado cinco (05) estudos que indicavam vínculos com os descritores “avaliação institucional” e “autoavaliação institucional”, e que se associam à uma parte dos objetivos deste trabalho. São eles: Oliveira (2017), Fernandes (2017), Stange (2020), Souza (2017) e Dantas (2017).

Oliveira (2017) buscou problematizar a avaliação institucional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no âmbito do Sinaes. Para tanto, seu objetivo foi verificar como se deu o processo de implantação da Avaliação Institucional no período de 2012 a 2014 na UFOPA, à luz das políticas públi-

cas de avaliação da Educação Superior. Apresentou como título “Análise da implantação e do processo inicial da avaliação institucional na UFOPA”. Suas conclusões indicam que “a Ufopa concebe a avaliação como instrumento a ser associado ao planejamento e à gestão para a promoção do desenvolvimento institucional, porém ainda não conseguiu concretizá-la enquanto cultura institucional”, de modo que necessita superar uma visão meramente regulatória da avaliação e avançar numa perspectiva de avaliação formativa e vinculação ao planejamento e gestão.

Fernandes (2017) investigou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de analisar a autoavaliação feita entre os anos de 2004 e 2015 em onze instituições de Educação Superior (IES). Segundo o autor, “definimos a autoavaliação como o fio condutor da investigação e os objetivos específicos alinham-se às ações ou omissões de cada um desses atores em relação à autoavaliação, assim como seu caráter público”. Seu título indica “autoavaliação no Sinaes: prática vigente e perspectivas para uma agenda futura”. Desse modo, conclui que

existe cultura de autoavaliação na maioria das IES investigadas, independentemente do uso de seus resultados por outras instâncias e atores; que o Estado avaliador se manteve alinhado aos princípios e às finalidades do Sinaes; que os dados não permitem concluir que o Estado regulador desconsidere a autoavaliação em seu bojo decisório, ainda que a morosidade processual na fase de instrução, a cargo das secretarias do Ministério da Educação, seja prejudicial à autoavaliação e à política do Sinaes. (FERNANDES, 2001, p. 3).

Já Stange (2020) trouxe uma reflexão sobre a avaliação institucional na linha de política e gestão, com foco na interpretação do conceito de qualidade constantes nos instrumentos de avaliação dos sistemas nacional e estadual do Paraná. Seu objetivo foi “contribuir com debates em relação ao conceito de qualidade proposto através dos instrumentos de avaliação institucional”. Como resultado, o pesquisador indicou que espera que seus estudos possam contribuir

com resultados de ordem conceitual e metodológica, onde os profissionais da Educação possam compreender que a Avaliação Institucional é ainda um Campo em formação e interativo a outros Campos; que a objetividade frente à necessária evidência de situações institucionais não imprima reducionismos de trato apenas executivo em esfera administrativa, mas sim se constitua em atitude interdisciplinar combinatória à compreensão do conceito de qualidade basilar da avaliação; que a Avaliação tem papel preponderantemente pedagógico e representativo para a compreensão de condições equitativas a fim de se bem ofertar condições de igualdade, cuja natureza é essencial para a Educação de qualidade (STANGE, 2020, p. 7).

Por outro lado, Souza (2017) trouxe como contribuição à reflexão sobre Avaliação a “Autoavaliação do mestrado profissional: uma análise das expectativas dos pós-graduandos”, a escuta das suas expectativas e a proposição de um modelo de acompanhamento e avaliação do mestrado profissional, denominado MODAV/MP. Seu objetivo foi “verificar a compatibilidade entre as expectativas que o poder público tem a respeito dessa modalidade, passando pelos objetivos de um Programa de Mestrado Profissional

(FGE), e as expectativas dos pós-graduandos”, isto é, os sujeitos que vivem o cotidiano da Instituição de Ensino e são impactados pelas ações de políticas públicas. Como resultado de sua pesquisa, trouxe a contribuição de que

houve compatibilidade entre os objetivos do poder público, do Programa Formação de Gestores Educacionais e as expectativas dos pós-graduandos, no entanto, vários indicadores de funcionamento / dinâmica do referido Programa necessitam de atenção para que possam atuar como facilitadores no processo formativo dos seus envolvidos (SOUZA, 2017, p. 8).

Por fim, Dantas (2017) refletiu sobre a “avaliação institucional na produção acadêmica e seus efeitos à prática pedagógica do docente universitário”. Desse modo, perseguiu como objetivos

a análise e constituição da avaliação institucional da educação superior como objeto de pesquisa e seus efeitos à prática pedagógica do docente universitário; mapear as concepções de avaliação institucional presentes nas produções; averiguar as Teorias de Estado que circulam na produção dos pesquisadores; identificar e analisar, a partir das produções e dos relatórios institucionais, os efeitos da avaliação institucional na feitura da prática pedagógica do professor na docência universitária (DANTAS, 2017, p. 7).

Para finalizar, suas reflexões trouxeram como contribuição à pesquisa e ao conhecimento sobre a Avaliação Institucional pesquisas de diferentes áreas do conhecimento,

sendo problematizada como uma prática social, histórica, complexa e plurirreferencial voltada para o desenvolvimento institucional, do ponto de vista teórico, as produções são emolduradas dentro de duas matrizes conceituais oposicionistas, a regulatória ancorada na epistemologia objetivista e a concepção emancipatória na epistemologia subjetivista. [...] Entretanto, mesmo com a predominância de práticas regulatórias, esta produz efeitos e contribuições à prática pedagógica da docência universitária conjugando elementos regulatórios e emancipatórios por meio de aderências, resistências e refratações, confirmando a complexidade, a dialogicidade e plurirreferencialidade da avaliação (DANTAS, 2017, p. 7).

Desse modo, os estudos indicam que há uma produção multirreferencial sobre a avaliação institucional no Brasil, com diferentes olhares e perspectivas sobre esta dimensão da Avaliação Educacional, o que possibilita que novos pesquisadores entrem em ação visando o estabelecimento de uma cultura da avaliação no país.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste estudo são parte integrante de uma pesquisa mais aprofundada sobre a Avaliação Institucional. Para tanto, neste primeiro momento, enfatizou-se a busca e a compreensão sobre os processos de implantação das políticas de autoavaliação institucional nas IES. A proposta foi buscar elementos para o entendimento desta dimensão da avaliação – a institucional – e, a partir dela ampliar a visão sobre os sujeitos envolvidos na dinâmica avaliativa (organizadores e destinatários).

Neste estudo foi possível compreender, através de pesquisa correlata e documental, alguns trabalhos e normativas legais que pudessem contribuir com a reflexão e o aprofundamento da questão da avaliação no contexto da Educação Superior. Durante a pesquisa correlata, foi possível identificar uma quantidade expressiva de trabalhos feitos em anos recentes (2016-2020), defendidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* espalhados em diferentes regiões do país. Tais estudos indicam que existe uma cultura avaliativa no país, resultante de políticas públicas de avaliação efetivadas a partir da década de 1980 e continuada nos anos seguintes, como também a existência de profissionais especializados na área de avaliação.

Foi possível também perceber que as IES estão cada vez mais inseridas nos processos avaliativos (internos e externos) e conscientes de que a avaliação é parte integrante de seus processos educacionais e de gestão, contribuindo assim para a gestão e a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Os trabalhos encontrados indicam um aprimoramento técnico-conceitual nas reflexões feitas tanto dentro da grande área de Avaliação Educacional como na dimensão da Avaliação institucional, contribuindo com os processos de gestão da educação. Os resultados das avaliações planejadas, organizadas e implementadas trazem significativa contribuição para a gestão e a tomada de decisão com vistas à melhoria da qualidade da educação como um todo.

Desse modo, o estudo mostrou que, ao se aprofundar na área de conhecimento da avaliação, um novo olhar se projeta sobre a realidade e sobre a dinâmica social que vai se construindo e se consolidando no tempo histórico, possibilitando investigar fenômenos sociais e os próprios sujeitos que constroem e produzem informações.

Referências bibliográficas

BERNARDES, J. dos S.; ROTHEN, J. C. O campo da Avaliação da Educação Superior: foco na Comissão Própria de Avaliação. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 23, p. 248-277. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i23.991>

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. **Olhar de Professor**, v. 13, n. 2, p.317-332, 2011. <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.13i2.0008>

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Portal Planalto. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.861.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal Planalto. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.264**, de 17 de outubro de 2008. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES). Portal MEC. Brasília-DF: 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192. Acesso em 05 nov. 2021.

BRASIL. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004** – Orientações Gerais. INEP/MEC. – Brasília-DF: 2004. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em 05 nov. 2021.

CASTRO, A. M. D. A.; OLIVEIRA, L. M. da C. F. Avaliação e expansão da Pós-Graduação em Educação no Brasil e no Nordeste: assimetrias e desafios. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 59, p.1-24, e-24454, jan./mar. 2021. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2021v59n59>

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v.32, n.2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em 10 ago. 2021.

DANTAS, E. E. V. **A Avaliação Institucional na produção acadêmica e suas repercussões na docência da Educação Superior**. 2017. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5061667. Acesso em 05 de jun. 2021.

DAVIDOVICH, L. **Educação superior e inclusão social n Brasil**: Sumário de algumas propostas da Academia Brasileira de Ciências. – Brasília-DF: MEC, [s.d.] Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/academia_brasileira_ciencias.pdf. Acesso em 18 nov. 2021.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação Institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FALLEIROS, A. L. de S.; PIMENTA, M. L.; VALADÃO JUNIOR, V. M. O significado da autoavaliação institucional na perspectiva de técnicos-administrativos de uma universidade pública. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 593-618, jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772016000200014>

FERNANDES, I. R. **Autoavaliação no Sinaes**: prática vigente e perspectivas para uma agenda futura. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6131628. Acesso em 05 de jun. 2021.

FERNANDES, M. E. A. **Avaliação institucional da escola**: base teórica e construção do projeto. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

GATTI, B. A. Avaliação educacional no brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS Revista Científica**, v. 4, n. 1, p. 17-41, jun., 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71540102.pdf>. Acesso em 10 ago. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, Suplemento 3, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>

MENEGHEL, S. M.; LAMAR, A. R. Avaliação como construção social: reflexões sobre as políticas de avaliação da educação no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 6, n. 4, p. 17-26, out./dez. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1161/1156>. Acesso em 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, L. A. **Análise da implantação e do processo inicial da Avaliação Institucional na UFOPA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6288138. Acesso em 05 de jun. 2021.

PENA, N.; ALVES, C. R. Avaliação Institucional e regulação da qualidade da educação superior: enfoque na qualificação docente. In: SILVA, A. J. N. da; SILVA FILHO, V. C. dos S. (org.) **(Des)Estímulos às teorias, conceitos e práticas da educação**. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/53134>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (NUPES) da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, [s.d.]. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em 18 nov. 2021.

SCHUTZER, H.; CAMPOS, S. C. A. Educação Superior e qualificação para o desenvolvimento econômico nacional. **R. Bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-164, jan./jul. 2014. <https://doi.org/10.3895/rbpd.v3n2.3588>

SOUZA, F. E. C. de. **Autoavaliação do mestrado profissional: uma análise das expectativas dos pós-graduandos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Cidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5353424. Acesso em 05 de jun. 2021.

STANGE, C. E. B. **O conceito de qualidade na Avaliação Institucional no sistema estadual de Ensino Superior do Paraná**: contribuições interpretativas à luz de Bourdieu e Toulmin. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10415539. Acesso em 05 de jun. 2021.

TOGNARELLI, V. R. **Avaliação institucional: do processo construído à vivência do SINAES – a consolidação do sujeito coletivo institucional**. São Paulo: Terracota, 2012.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.